



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos Sociais e participação social)

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

As lutas de classes no Brasil e o contexto neoliberal: impactos e perspectivas

Jordana Gonçalves de Barros Ferreira ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o contexto neoliberal, seus impactos e tendências nas lutas de classes no Brasil. Lança-se aqui, a partir da perspectiva crítica de alguns autores, um quadro geral dos movimentos políticos nacionais das últimas décadas a fim de elucidar o momento presente e suas contradições. Tal periodização é base para a tentativa de compreender a situação das lutas de classes no cenário atual e as possibilidades e desafios que se apresentam para a classe trabalhadora no que diz respeito à sua luta e organização.

Palavras-chave: neoliberalismo; lutas de classes; desafios conjunturais; cenário nacional.

Abstract: This article aims to discuss the neoliberal context, its impacts and trends in the Brazilian class struggle. A general picture of the national political movement of the last decades is launched from the critical perspective of some authors, in order to elucidate the present moment and its contradictions. Such periodization is basic on the attempt to understand the situation of the class struggles in the current scenario and the possibilities and challenges that present themselves to the working class in regard to their battles and organizations.

Keywords: neoliberalism ; class struggle ; conjunctural challenges ; national scenario.

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, email: jordanagbferreira@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo é fazer uma abordagem do cenário nacional neoliberal, centralizando a análise nas alterações da organização do trabalho com a reestruturação produtiva e as questões que envolveram as lutas de classes e organização dos trabalhadores nesse período e suas repercussões até os dias atuais. A abordagem quanto aos movimentos sociais, partidos e sindicatos se dá de forma abrangente, tentando compreendê-los mais por suas tendências conjunturais do que de forma particular e delimitada, formando um quadro geral – ainda que claramente não se resumam a esta análise, apresentando particularidades próprias em cada momento e em suas formas de luta; todavia estão sujeitos a um mesmo cenário político-econômico que lhes causa impacto, seja este mais intenso ou não.

Dessa forma, baseia-se principalmente aqui nas análises da literatura de Duriguetto e Montaño (2011), Antunes (2009) e Braz (2016), sendo o debate somado também pela produção de outros autores constados nas referências. Partindo de suas reflexões, a contextualização histórica aqui apresentada serve de norte à compreensão e análise dos processos de precarização do trabalho, fragmentação da organização de classe e os potenciais que surgem a partir da perspectiva classista dos movimentos sociais na contemporaneidade. O artigo conta, pois, com movimentos históricos e estruturantes que tornam possível a identificação e relação de elementos chave a fim de abrir caminho a uma interpretação do cenário político atual, ainda que este seja permeado por contradições e desafios próprios a serem considerados.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Uma análise conjuntural: reestruturação produtiva, neoliberalismo e luta de classes

Com a crise do sistema de produção fordista/taylorista e do modelo estatal keynesiano, ocorre uma alteração na organização da produção capitalista a fim de reestabelecer as taxas de lucro e combater o quadro de crise estrutural – o que, juntamente à crise do socialismo real, teve grandes impactos na organização e consciência de classe. Tal alteração levou a ofensivas a nível da



reestruturação dos processos de acumulação, expresso na chamada reestruturação produtiva “imposição de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho, o que incidiu na configuração das classes sociais e de suas práticas organizativas; pela mundialização da economia – nova divisão internacional do trabalho com hegemonia do capital financeiro; e pela imposição do projeto neoliberal e seu decorrente receituário de ajuste das políticas econômicas e sociais na esfera do Estado (BRAGA apud DURIGUETTO, 2008, p.49).

Ambas as crises – socialista e capitalista – representaram dificuldades para a articulação dos trabalhadores, seja pela queda da influência socialista após o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), levando ao declínio da força e legitimidade das lutas anticapitalistas e suas entidades representativas, seja pelas implicações no contexto de crise do capital, que levaram à precarização do trabalho e das relações de luta e organização, que serão analisadas adiante. Nas palavras de Duriguetto e Montaño:

Paralelamente [à crise do socialismo real], com a crise capitalista e com a automação da produção, eleva-se significativamente o desemprego e o emprego precarizado, fazendo com que a classe trabalhadora perca o poder de barganha, e assuma uma postura individual e defensiva (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.191).

À luz do sistema japonês toyotista – pautado na produção diversificada, horizontalizada e por demanda, e nas relações de trabalho flexíveis com variadas formas de intensificação da exploração –, ocorre uma transformação no sistema de produção capitalista central. Considerado por Antunes como “a nova forma da qual o capital se utiliza para apropriar-se do *savoir-faire* intelectual do trabalho alienado (estranhado)” e no qual “o operário deve pensar e fazer pelo e para o capital, o que aprofunda (em vez de abrandar) a subordinação do trabalho ao capital” (ANTUNES, 2009, p.227), o modelo japonês é base para uma outra forma de organização da produção nos países de capitalismo central – e em seguida os países periféricos –, com a incorporação de alguns de seus elementos, dando corpo ao que ficou conhecido pelo modelo de acumulação flexível.

Esse novo modelo, estrategicamente aliado à ofensiva neoliberal, resgatou a combinação da extração de mais-valia absoluta e relativa, aumentando as possibilidades de exploração da força de trabalho. Para tanto, lançou mão de processos de privatização, terceirização, contratos temporários, vínculos empregatícios sem estabilidade e flexibilização do próprio trabalho – seja ele intelectual ou manual –, levando o trabalhador a se encarregar de diversas funções e setores, muitas vezes operando várias máquinas, em um processo de intensificação da produção e também do trabalho.

Pode-se constatar uma inter-relação complexificada na relação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre trabalho produtivo e improdutivo, entre trabalho material e imaterial, acentuando ainda mais as formas de extração de mais-valia incorporação



de tais elementos, que se realiza em escala ampliada e mundializada (ANTUNES, 2009, p.230).

O desemprego estrutural; a superexploração da mão de obra imigrante, negra e ocupação do trabalho feminino em postos mais precarizados; o aumento dos assalariados médios e das novas formas de exploração do operariado, em detrimento da diminuição das relações fabris fordistas/tayloristas; a exclusão de idosos e jovens do mercado de trabalho; são alguns pontos que evidenciam a “complexificação, utilização, e intensificação de maneira ainda mais diversificada, acentuada e precarizada [da classe trabalhadora]” (ANTUNES, 2009, p.229). Tais alterações na configuração do trabalho – multifuncional, mais qualificado e de exploração intensificada – fruto do processo de acumulação flexível tiveram forte impacto nas lutas de classes, “[...] ocorre uma “pulverização”, heterogeneização e dasarticulação da classe trabalhadora, que leva à perda de unidade e identidade nas lutas” (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.191). Esse movimento leva ao que Antunes considera como acentuação da “[...] necessidade de uma estruturação internacional dos trabalhadores para confrontar o capital” (ANTUNES, 2009, p.229).

A nível de Estado, o papel de regulador a economia assumido durante o modelo fordista-keynesiano é reduzido, promovendo uma desregulação financeira que fortaleceu o poder do mercado financeiro e dos grupos de indústrias multinacionais, detendo para si a hegemonia mundial; “nessa direção, os capitais mundialmente articulados necessitam dos Estados locais para impor suas políticas em cada país” (DURIGUETTO, 2008, p.51). Ocorre, então, um movimento de privatizações e concessões de bens públicos e setores de prestação de serviços, articulação de infraestrutura e políticas de atratividade ao mercado e retirada de direitos e políticas sociais da classe trabalhadora. No que diz respeito ao último item, como aponta Duriguetto (2008), houve um discurso falacioso que acusava a pressão dos trabalhadores e sindicatos por melhoria e aumento das políticas sociais e salários como causadora da crise fiscal ocorrida no processo de avanço neoliberal, mostrando como necessário os cortes de gastos destinados ao âmbito social, fazendo com que as organizações da classe trabalhadora perdessem força; além de levar a um direcionamento do fundo público, destinando-o às demandas da burguesia empresarial.

A acumulação flexível e suas características se fizeram presente tanto nos países centrais quanto nos de economia periférica, com mais ou menos acirramento nos processos de exploração, superexploração e se adequando às estruturas econômicas e particularidades históricas de cada país. No Brasil, a consolidação do neoliberalismo ocorre na década de 1990, trazendo para o país a onda de privatizações, da abertura comercial, de desregulamentação de direitos trabalhistas da “ampliação do espaço privado no campo dos direitos sociais e reduções dos investimentos públicos na área social” (DURIGUETTO, 2008,



p.54), o que levou a um acirramento da questão social. O discurso da, como denomina Mota (apud DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011), *cultura da crise*² se perpetuou no país, enfraquecendo as lutas da classe trabalhadora e legitimando a ofensiva neoliberal e suas medidas, mostrando-as como necessárias à recuperação da economia e saída da crise – estratégia que pode ser considerada presente nos dias atuais, como na tentativa de aprovar a “reforma” da previdência e demais contrarreformas e retirada de direitos que vêm atingindo a classe trabalhadora –, o que acarreta em um redirecionamento do “[...] conteúdo das suas reivindicações [da classe trabalhadora] para o campo das ideologias práticas, marcadas pelas suas necessidades imediatas. Nesse sentido, os trabalhadores terminam por reduzir as suas propostas ao campo da preservação das conquistas ou, tão somente, das possibilidades postas pela conjuntura da crise” (MOTA, apud DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.214), gerando grande impacto na organização da classe trabalhadora do período, fortalecida (com ênfase para o sindicalismo) nos anos anteriores principalmente durante o processo de redemocratização.

Cabe salientar aqui, em um pequeno parêntese, o intenso movimento dos trabalhadores que vinha ocorrendo até então – e que não se anula, ainda que sofra queda significativa –, como inúmeras greves dos mais variados setores e categorias, destacando-se a organização dos metalúrgicos, com a ocorrência inclusive de greves gerais por todo país; aumento do número de sindicatos e de trabalhadores sindicalizados, trazendo legitimidade e fortalecimento do movimento sindical no cenário urbano e rural; ganha força a luta pela desvinculação dos sindicatos ao Estado e seu caráter corporativista e hierarquizado; a fundação de movimentos e organizações dos trabalhadores, seja no campo ou na cidade, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) em 1983, e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em 1984, além da ênfase do novo sindicalismo como corrente de caráter combativo e classista (ANTUNES, 2009).

Retomando a periodização, ao sinalizar a dimensão dessa nova configuração da economia, do trabalho e da produção – neoliberalismo e reestruturação produtiva –, Duriguetto (2008, p.57), ao citar MATTOS (2009), afirma que se trata de uma “fragmentação [...] não apenas no nível objetivo das relações de trabalho, mas também no plano da consciência de classe”. Isso, na perspectiva da autora, se deve ao fato de que as novas relações de trabalho e suas condições – precárias e com crescente nível de desemprego –

² Como escreve Duriguetto e Montañó (2011, p.214): “[...] em contextos de crises – de superprodução e superacumulação, para o capital, e de desemprego e subconsumo, para o trabalho -, tanto a tendência à queda da taxa de lucro leva o capitalista a acirrar sua sede de exploração de mais-valia (donde objetiva a redução dos direitos trabalhistas e dos empecilhos à acumulação), quanto à ameaça que pesa sobre o trabalhador, de desemprego, de queda do seu padrão de vida (ver Mattos,1995, p.77 ss), é de tal ordem que ele, individualmente, tende a se preocupar mais por manter, em algum nível, os direitos adquiridos (conquistados historicamente) do que por lutar por um projeto alternativo ou trabalhista, o que o fragiliza na luta/negociação com o capital”.



levaram com que os trabalhadores se encontrassem em diferentes vínculos empregatícios, como a discrepância entre os subcontratados e aqueles que obtinham empregos estáveis com salários fixos, acarretando em uma divisão da própria classe trabalhadora, o que representou sua concorrência interna ao invés de fortalecer sua consciência de classe e organização.

Dessa forma, as próprias relações no campo do trabalho enfraqueceram o movimento sindical, que, no contexto neoliberal, acabou por adquirir formato corporativo, atrelado a imediatismos e voltado à perspectiva de conciliações dentro da lógica vigente, obtendo um declínio em sua combatividade, a exemplo da CUT na qual “desenvolve-se, em seu núcleo dominante, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma acomodação dentro da ordem” (ANTUNES, 2009, p.236). O sindicalismo entra em processo de crise, a qual vinha sendo retardada pelas mobilizações acima citadas, posto que tal processo já se tratava de uma tendência mundial desde os anos 80, trazendo ao país a recessão dos avanços conquistados no que tange ao sindicatos – ocorre uma diminuição no número de afiliados, uma perda de credibilidade devido ao discurso neoliberal de “cultura da crise” e de que as alterações propostas no âmbito trabalhista resultariam em ampliação de empregos, além da própria fragmentação da classe já comentada culminar no decrescente organizativo, devido aos níveis de flexibilização das formas de contrato, ao desemprego e ao trabalho informal e precário (DURIGUETTO, 2008).

[...] Assistimos à dessolidarização de classe e as tendências neocorporativas das lutas sindicais; à crise do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo de parceria, de envolvimento e à postura defensiva de preservação dos direitos dos trabalhadores “estáveis” e pouca atenção para os trabalhadores precarizados. (ABRAMIDES e DURIGUETTO, 2014, p.180)

Essa nova realidade arrefeceu e tornou mais defensivo o novo sindicalismo, que se encontrava, de um lado, diante da emergência de um sindicalismo neoliberal, expressão da nova direita, sintonizada com a onda mundial conservadora de que a Força Sindical [...] é o melhor exemplo. E, de outro diante da inflexão que vem ocorrendo no interior da CUT, inspirada pela Articulação sindical que cada vez mais se aproxima dos modelos do sindicalismo europeu social-democrata (ANTUNES, 2009, p.236).

Quando o PT (Partido dos Trabalhadores) assume o governo, com a figura de Lula, e posteriormente com Dilma Rouseff, o quadro de conciliação e cooptação dos movimentos político-sindicais, que se desenvolvia desde o avanço neoliberal no país, se expressa aqui principalmente pela incorporação de sindicalistas e militantes assumindo cargos administrativos e de gestão ligadas ao setor público e governamental. Por outro lado, mas representando uma mesma tendência, “as mais diversas classes e frações de classes compartilharam importantes postos na máquina estatal. Burguesia agrária, burguesia financeira, burguesia industrial e trabalhadores, todos participando dos ministérios dos governos Lula e Dilma” (RODRIGUES, 2015, p.2), indicando um longo período de



conciliação de classes – que representou, de forma bem generalista e pontual, benefícios consideráveis ao capital e, às classes subalternas, certa ascensão social econômica e políticas sociais focalizadas, de tom paliativo e emergencial a fim de diminuir a desigualdade social, o que surtiu efeito em certo sentido, reduzindo as condições de miséria no país principalmente nos mandatos de Lula.

Foram governos de composição de classe, que gerou um programa de governo do neodesenvolvimentismo, que se propunha a fazer a economia crescer, distribuir renda e retomar o papel do Estado suplantando o mercado (dos tempos do neoliberalismo). Nesse sentido eles cumpriram o programa, e nesse programa todas as classes ganharam um pouco, sendo que, como diz o próprio Lula, os banqueiros foram os que mais ganharam (STÉDILE apud RODRIGUES, 2015, p.10)
É praticamente unânime entre a literatura especializada, ainda que sob interpretações distintas, essa noção do compartilhamento de classes e frações de classes sociais no Estado sob um mesmo governo dirigido pelo PT. Marcos Nobre, André Singer, Renato Boschi e Eli Diniz, Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Luiz Carlos Bresser-Pereira são alguns dos intérpretes que sustentaram nos últimos anos a tese da conciliação. [...] Todavia, essa conciliação de classes e frações de classes sociais entrou em esgarçamento a partir de meados do primeiro governo Dilma, passando pelas chamadas “jornadas de junho de 2013” e pela eleição presidencial polarizada de 2014 (RODRIGUES, 2015, p.13).

Com a queda do crescimento econômico no governo Dilma – reflexo de um quadro econômico tendencial no globo, marcado por repercussões da crise de 2008 – a conciliação de classes passa por um período turbulento, no qual a tentativa de manter sua governabilidade perante a classe dominante levou a respostas de ajuste fiscal e outras medidas que acarretaram em descontentamento das classes subalternas e movimentos sociais, como o MST e MTST, que apresentaram críticas à política de Dilma.

O caminho da aposta no conflito social parece encontrar eco nas intervenções de importantes organizações subalternas. Esse é o tom da narrativa de relevantes quadros do MST e do MTST na esfera pública. Todos apontam o fim do modelo de conciliação entre as classes e a necessidade de uma maior organização do conflito (RODRIGUES, 2015, p.10).

É nesse contexto que ocorrem as jornadas de junho de 2013, marcada por uma explosiva movimentação popular de nível nacional e com reivindicações amplas, iniciada pelo Movimento Passe Livre na busca do não aumento da passagem de ônibus. Então, a luta contra os vinte centavos a mais na tarifa deu lugar ao discurso “não são só vinte centavos”, incorporando demandas de investimento em saúde, educação, de manifestações de indignação com o contexto político/econômico/social e as implicações da Copa do Mundo a ser sediada no país e pautas mais diversas, seja de cunho combativo ou conservador. Essa articulação popular evidenciou a crise da conciliação de classes, em um espaço que reuniu insatisfações comuns e particulares, aglutinando – mas não unindo – diversos setores da população; resultando, então, em algumas medidas por parte do governo que acatavam certas demandas, como a revogação do aumento da passagem.



Foi então, como reflexo desse acirramento das contradições que permeavam as lutas de classes, com o imenso apoio da mídia, em especial a Rede Globo, que o próprio capital e seus aparelhos do Estado articulou o golpe de 2016, apontado por BRAZ (2017) como resultado de uma “farsa parlamentar-judicial”, a fim de encadear o processo de impeachment para a retirada da presidente do poder, legitimando-se através de grandes manifestações populares contra Dilma, quem já contava com certa impopularidade em seu segundo mandato principalmente pela fragilização da conciliação de classes apontada acima, da crise econômica e do discurso de “crime de responsabilidade”. As movimentações de 2013 deram lugar, no contexto da articulação do golpe de 2016, a uma polarização popular entre aqueles a favor do impeachment, majoritariamente composto pela direita política e seus setores conservadores, representando e sendo contemplada pelo discurso dos meios de comunicação; e aqueles que se opunham ao impeachment, em geral a esquerda política, de forte apelo petista, ou mesmo aqueles que podiam identificar o processo de golpe, embutido na cortina democrática do movimento de retirar Dilma do poder, e passam a reivindicar a defesa pela democracia.

2.2. Governo Temer, eleições de 2018 e algumas perspectivas

Após a concretização do impeachment em 2016, assume a presidência o vice de Dilma Rousseff: Michel Temer (PMDB). Deu-se início nesse período à efetivação da ofensiva de ataques contra a classe trabalhadora: reforma da previdência (ainda hoje não aprovada, devido à forte resistência popular), reforma trabalhista, reforma do ensino médio e PEC do Teto de Gastos, são talvez os exemplos mais explícitos e que deram marca ao seu governo. Além do forte apelo conservador fundamentalista que ganhou fôlego em seu mandato, com as propostas do Escola Sem Partido e o fortalecimento do combate à chamada “ideologia de gênero” ganhando legitimidade na política, representando um cenário de enfrentamento ao avanço de discussões sobre sexualidade e gênero e conquista e garantia de direitos nesse âmbito, grandes pautas da esquerda – com ênfase no protagonismo dos movimentos LGBT e feminista – que vem ganhando mais espaço na sociedade, principalmente em meio a juventude e a força dos movimentos sociais.

Houve também grandes manifestações pela retirada do então presidente Temer – o qual adquiriu elevada impopularidade mesmo perante os apoiadores do golpe – , sem sucesso, que acabaram se esvaziando com o tempo. Todavia, o período foi marcado pela presença enfática do Movimento Ocupa nas escolas (feito por secundaristas no âmbito



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

nacional, principalmente em São Paulo, em 2016), da nacional greve dos caminhoneiros em 2017 e de manifestações pelos direitos das mulheres, como a legalização do aborto, articulação que vêm ganhando força até o presente momento ao mesmo tempo em que se assiste ao fortalecimento dos setores conservadores no país.

O quadro de crise econômica e política se mantém no governo Temer e, como apontou Marcelo Braz, prudentemente,

A derrota do PT respinga em toda a esquerda porque as máquinas ideológicas da classe dominante tratam de colocar todos no mesmo saco da “esquerda”. Nesse sentido, é uma derrota que hipoteca o futuro das forças de esquerda no país pelo menos no curto prazo. [...] há segmentos da esquerda que comemoraram a derrota do PT como se fosse uma vitória da classe trabalhadora. Mais uma ilusão. Pior ainda: uma ilusão esquerdista que não enxerga que a conjuntura que se abriu com o impeachment expressa, antes de mais nada, uma vitória das forças à direita do PT, com fortes elementos de conservadorismo reacionário [...] (BRAZ, 2017, p.94).

O cenário eleitoral de 2018 foi marcado pelo antipetismo – graças ao movimento midiático que, desde o caso do Mensalão e a operação Lava-Jato, vem assolando o Partido dos Trabalhadores com o discurso parcialíssimo de anticorrupção – e aos próprios erros e direções políticas tomados pelos governos Lula e Dilma. Bem como as falhas da esquerda de maneira geral em suas estratégias de articulação política, amarrada pelos pés a disputas internas e particularismos, o que mais tem criado rachaduras em sua combatividade do que articulado forças para pô-la em ação e aglutinar a classe trabalhadora em prol de um projeto popular.

Dessa forma o discurso assumido por Michel Temer no qual, nas palavras de Braz, “há três linhas prioritárias que eles [documento Uma ponte para o futuro e o primeiro discurso oficial do presidente] apontam: “ordem e progresso”; “privatizar tudo o que for possível”; implementar uma tal “democracia da eficiência” (2017, p.96), que levaria a formação de “um quadro paradisíaco para o capital: maior repressão sobre os trabalhadores e melhor condições para a acumulação capitalista” (*Idem. Ibidem.*), se torna caminho para a continuidade desse projeto com a candidatura – e eleição – de Jair Bolsonaro em outubro de 2018. Soma-se ao viés neoliberal o fundamentalismo religioso e o discurso de ódio, com propostas de governo como a criminalização dos movimentos sociais, de combate ao comunismo, retirada de direitos e políticas sociais, a defesa da propriedade privada, armamento da sociedade civil, desmonte da educação, entre outras.

Essa agenda conservadora (que contém algumas propostas tipicamente reacionárias, como os estatutos da família e do nascituro) não é apenas do PMDB e de seus apoiadores no Brasil (PSDB, DEM, PP, PR, PSB, PSD e outros menos cotados). É a atual agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina, que, tendo nos Estados Unidos o seu centro de comando principal, encontra em vários de nossos países amplos setores burgueses associados e dependentes



que lhe facultam apoio militante por todos os meios possíveis, legais e ilegais (BRAZ, 2017, p.98).

Dessa forma, a questão que se coloca após o processo eleitoral de 2018 é: como avançar na organização da classe trabalhadora ou mesmo superar tais desafios conjunturais colocados aos movimentos sociais e à própria esquerda? Alguns pontos aqui serão analisados, não como forma de apontar soluções, mas a fim de compreender o cenário que se apresenta, uma vez que cabe à própria classe trabalhadora encontrar os momentos e gatilhos propícios para transformá-lo em prol de si mesma e de suas demandas, delineando caminhos, como indica o pensamento marxiano e a visão marxista em geral.

Diante de tal quadro, em que a tendência para a maior precarização do trabalho e retirada de direitos se mostra latente, o que nos indica novamente a chamada *cultura da crise*, mas não apenas, um enorme desafio se coloca para a esquerda e os movimentos sociais, devido ao avanço do conservadorismo vigente. Bóron (apud DURIGUETTO, 2008, p.63), sugere três pontos que se projetam em desafios às estratégias da classe trabalhadora: “[...] fragilidade organizativa; imaturidade da consciência política e predomínio do espontaneísmo como modo de intervenção política”, o que nos leva a pensar como superar tais circunstâncias.

Duriguetto aponta que, na atual fase do capitalismo monopolista, “de crise e financeirização do capital, a estratégia hegemônica aposta na desmobilização mediante a resignação frente a fenômenos supostamente naturais, irreversíveis, inalteráveis. Aqui, só o “possível” parece ser o horizonte “razoável””. (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.220). Todavia, no presente momento, os discursos de incapacidade do setor público, de corrupção, de “*benevolência*” do Estado na “*concessão de políticas públicas para vagabundos*” se mostraram além da resignação diante das ofensivas do capital, mas compuseram uma mobilização da sociedade que as defende como proposta de mudança. Essa manipulação articulada pela direita, através das mídias e de notícias falaciosas em redes sociais, que teve início com a idealização do golpe de 2016 e que é alimentada pela falta de instrução e educação básica e política da população, surtiu grande efeito e legitimou-se de tal modo que a idealização de Jair Bolsonaro como o salvador da pátria levou-o a vencer as eleições de 2018. O quadro de avanço/resgate do conservadorismo, fundamentalista religioso, com nuances fascistas,

[...] coloca, pelo menos a curto prazo, imensas dificuldades para a sustentação de pautas políticas mais avançadas entre as forças da esquerda, sob pena de navegarmos num voluntarismo que será pouco eficiente na luta contra o reacionarismo que vivemos e os ataques que se voltam contra os interesses sociais do trabalho (BRAZ, 2017, p.102).



Do outro lado, a esquerda (principalmente de viés comunista e socialista) se mantém fragmentada, presa a preciosismos teóricos e incapacidade de construção de um diálogo e trabalho de base efetivo, perdendo seus espaços nas periferias para o avanço conservador e religioso, de discurso mais acessível e emergencial, ou mesmo para a perspectiva pós-moderna e culturalista. Isso não anula o fato de que tenha ocorrido grande mobilização no período eleitoral, ainda que esta não represente uma união de fato de ideais e projetos e tampouco atinge uma perspectiva classista combativa, se tratando de uma articulação pontual, assolada pelo medo, em prol da garantia de direitos civis e sociais arduamente conquistados.

Soma-se a essa má articulação e erros de leitura conjuntural da esquerda política o ódio ao PT, ódio este que amarra de maneira equivocada todas as vertentes e direcionamentos políticos em um mesmo pacote – o qual, no discurso popular, ora é comunista, ora é petista – que dificulta ainda mais o acesso de um discurso combativo à classe trabalhadora. Além disso, faz-se presente também a herança da própria conjuntura econômica e política de conciliação e retração das lutas de classes dos últimos anos, a qual já foi discutida aqui.

É cabível de destaque nesse quadro a força conquistada pelo pensamento pós-moderno, ligado a uma análise social de defesa de uma sociedade pós-industrial, não mais centrada nos conflitos de classe – na luta de classes –, e sim com outras contradições permeadas no caráter puramente identitário e cultural. “O culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES apud DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p.215) se faz presente, de base culturalista e que dificulta a compreensão da perspectiva de emancipação humana prevista pelo fim da sociedade de classes, tornando as lutas sociais atreladas à ordem e sem projeto de superação da exploração do trabalho. Logo, compreendendo a emancipação através do fim das opressões identitárias, como uma luta no âmbito da reprodução social, e não no setor produtivo – uma vez que a sociedade não poderia ser compreendida em sua totalidade, perdendo sua centralidade na contradição entre capital e trabalho –, se mostra a esquerda pós-moderna restrita às lutas dentro da ordem (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011).

No entanto, mesmo que atrelada a pautas de consumo e empoderamento – que não apontam para a erradicação da dominação, da desigualdade e da exploração da classe trabalhadora vigente na sociedade capitalista, distanciando o debate da emancipação humana nos moldes marxianos –, a perspectiva culturalista herdada do surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, assim como Bihl (1999) discute, apontou as insuficiências dos movimentos sindicais e partidários na época. Esse debate toca ainda hoje



no ponto de que não é sábio construir um projeto de nação popular, sem se posicionar diante das opressões (para além da exploração do trabalho) que assolam a classe trabalhadora, e em torno das quais ela se organiza hoje na forma de movimentos e lutas sociais. As mulheres, ainda excluídas dos locais de fala, de discussões, de lideranças sindicais, tendo suas demandas abafadas, sendo oprimidas e violentadas diariamente; os negros (e negras, atravessadas ainda mais pelo machismo), historicamente explorados e excluídos não só pelas classes dominantes, mas também pelo racismo embutido na sociedade e nos espaços de organização da classe trabalhadora brasileira desde que formaram-se os sindicatos no país; toda a população LGBT, devastada pela homofobia e transfobia³, que implica diretamente em suas condições de inserção e permanência no mercado de trabalho. Tudo isso demonstra que a classe trabalhadora brasileira é atravessada por particularidades e identidades que devem necessariamente compor demandas em sindicatos e partidos, formas clássicas de organização da esquerda, uma vez que tais expressões são fruto e reprodução da própria contradição do sistema capitalista e da dinamização das relações sociais e lutas de classes.

É assim que alguns movimentos e lutas sociais vem mostrando seu potencial de aglutinação da classe trabalhadora, como forma de estratégia de superação da sociedade de classes e da exploração, mas também lutando por melhores condições econômicas e direitos sociais aos trabalhadores sem perder o horizonte de emancipação. Com grande força, o movimento feminista classista tem se expandido e se articulado também com outros movimentos, como o LGBT e o movimento negro, que, como mostram Duriguetto e Montaño (2011), também vêm delineando uma combatividade classista. Além disso, têm destaque no Brasil os movimentos do campo, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que não à toa vêm sendo alvo de perseguições e criminalização desde sua fundação, pois toca na ferida do capitalismo brasileiro – o latifúndio – ameaçando a propriedade privada dos grandes produtores rurais e a acumulação de capital, mas que consegue aglutinar em suas diversas bandeiras de luta um projeto popular socialista, e as lutas sociais em torno das pautas gênero, sexualidade, e étnico-raciais.

O MST, portanto, aponta caminhos para a esquerda, mostrando ser possível e necessário debater e se unir a lutas sociais – inclusive se articulando internacionalmente pela Via Campesina – aparentemente individualistas e particularizadas, mas que em sua essência compõem o caráter e as diversas expressões e refrações da “questão social”, constituindo formas de opressão e violência contra a classe trabalhadora, e que – ainda que algumas sejam anteriores à sociedade capitalista – são apropriadas e ressignificadas pelo

³ Inclui-se aqui as mais diversas orientações sexuais e identidades de gênero, como gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, transgêneros, gêneros não binários, etc. e as formas de opressão e violência a elas direcionadas.



capital, devendo compor sua luta, portanto, uma perspectiva de superação de todas as formas de exploração e opressão. “Na brutal exclusão social do país, há um manancial de força social a ser organizada pelo MST. E quanto maior for sua importância, quanto maior forem seus laços com os trabalhadores urbanos, mais sua experiência ajudará na retomada das lutas sindicais de classe no Brasil” (ANTUNES, 2009, p.244). É nesse sentido que alguns teóricos vêm apontando desafios à classe trabalhadora.

Antunes argumenta que “o desafio maior está, inicialmente, em gestar um desenho de organização societal que se inicie pela eliminação da superexploração do trabalho que, como vimos acima, particulariza também o capitalismo industrial brasileiro [...]” (ANTUNES, 2009, p.239). Para tanto, indica que deve haver uma alteração na organização do capitalismo no país, rompendo com a prática de globalização e sustentação do capital mundial, realizando uma ampla reforma agrária de teor radical, fomentando o desenvolvimento de tecnologia nacional de ponta voltada para solucionar as brutas desigualdades no país. “Deverá, ainda, controlar e coibir fortemente inúmeros setores monopólicos, contraditar a hegemonia do capital financeiro e limitar as formas de expansão e especulação do capital-dinheiro, incentivando [...] a produção de coisas socialmente úteis” (*Idem, Ibidem*). Defende também que é preciso romper com a prática sindical de cunho apenas fabril, verticalizado, aglutinando as demandas e contradições dos trabalhadores de vínculos empregatícios diversos e resgatar o sentido de pertencimento de classe.

No entanto, tais desafios se mostram atualmente de difícil e longínqua superação, principalmente com a possibilidade de criminalização dos movimentos sociais posta pelo governo em 2019, ainda que haja a remota possibilidade de que a classe trabalhadora se una em prol de seus direitos, se organize e se manifeste, não sucumbindo à cultura da crise e à despolitização. E também que desses espaços possa surgir bons frutos, aprimorando seus locais organizativos e objetos de debate, ultrapassando o imediatismo e a emergência de garantir direitos e condições de sobrevivência, resgatando a consciência de classe, alcançando uma discussão mais ampla e unificada entre a classe.

Como aponta Braz, é necessário compreender os quadros de crise política típicos de conjunturas recessivas, como a que vivemos, “para saber como enfrentar suas tendenciais consequências de fragmentação dos interesses que só favorecem aos particularismos de todo tipo, inclusive no seio das forças de esquerda” (2017, p.102), ou então não seremos capazes tão cedo de levar adiante o fortalecimento da consciência de classe e ir além de práticas quase espontâneas de manifestação popular, repletas de insatisfação mas vazias em debate político. De toda forma, a perspectiva é de luta e resistência, mesmo que haja escassez de vitórias em relação às reivindicações, entendendo que “superadas as ilusões dos últimos anos, podemos começar a criar as condições para um salto de consciência da



classe trabalhadora brasileira” (BRAZ, 2017, p.103); elevação de consciência e de articulação política tal que só será possível aliada aos movimentos sociais combativos da classe trabalhadora.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do exposto aqui, é possível identificar o quadro de desarticulação, principalmente no que diz respeito à organização classista, característico da classe trabalhadora brasileira nas últimas décadas. Todavia, é preciso levar em conta que isso não representou um movimento homogêneo, uma vez que diversos movimentos sociais atuavam e ainda atuam no contrafluxo de tal processo, como o MST e outros movimentos apontados aqui, sendo eles de perspectiva classista ou não, o que mostra sua importância no papel de organização e luta da classe trabalhadora, ainda que haja a necessidade de sua conjugação com partidos e sindicatos ao buscar um horizonte de superação da sociedade de classes, da exploração do trabalho e alcance da emancipação humana.

É devido a tais contrafluxos e também aos espontaneísmos de manifestação popular recorrentes que se torna difícil projetar o futuro cenário, ainda que para 2019, das lutas de classes, mesmo com as tendências discutidas neste artigo, tornando-as mais como referência para análise conjuntural e compreensão de possíveis caminhos a serem seguidos, mesmo que a passos vagarosos. Mostra-se, entretanto, urgente a necessidade de trabalho de base a ser feita pela esquerda, a fim de fomentar a organização da classe trabalhadora em partidos, sindicatos e movimentos sociais, como forma de fomentar a consciência de classe e fortalecer a luta dos trabalhadores, se colocando combativamente às contrarreformas e ao avanço do conservadorismo, além de aumentar o engajamento em pautas como reajuste salarial, investimento na seguridade social e outras demandas econômicas, que não anulam – nem devem deixar no esquecimento – a luta pela superação do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo, **Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil recente**. In: Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 1999

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário.** Serviço Social & Sociedade, v. 1, p. 85-103, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas.** In: ABRAMIDES, M. B; DURIGUETTO, M. L.. (Orgs.). Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe.** Revista Temporalis. ABEPSS, Ano VIII, n. 16, p.45-66, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTÃO, Carlos. **Estado, Classe social e Movimento Social.** – 3 ed. – SP: Cortez, 2011.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado, **Estado e classes sociais no brasil: um estudo sobre os governos Lula e Dilma,** In: Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) - Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em < <http://www.niepmarx.blog.br/MM2018/anteriores/anais2015.htm> > Acesso em: 20 de novembro de 2018.